

Ivan Prates Sternick

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: ivansternick@gmail.com

Ainda com alguma frequência nos dias atuais, a imagem do filósofo Adam Smith é vulgarmente associada a chavões e ideias característicos do discurso neoliberal contemporâneo¹. A autoridade do escocês e a sua metáfora da mão invisível são recorrentemente invocadas para sustentar argumentos em defesa da “liberdade de mercado” como meio mais adequado para garantir uma alocação supostamente eficiente dos fatores de produção. E, de forma complementar, seu fantasma é conjurado para engrossar o caldo das críticas direcionadas a algumas instituições do Estado e a suas “intervenções” no sistema econômico através de regulações e da provisão de certos bens e serviços públicos.

Esse tipo de associação simplificadora, anacrônica e, em muitos sentidos, equivocada, feita com relação à obra e à figura de Smith ao que Winch (1978) chamou de “perspectiva capitalista liberal” é, em larga medida, um fenômeno resultante da predominância histórica de uma leitura convencional da *Riqueza das Nações*. Essa leitura convencional, cristalizada no ambiente intelectual europeu, ao que tudo indica, desde o início do século XIX, interpreta a *Riqueza* estritamente como uma obra de economia política, ou seja, uma que tem por objeto exclusivo os fenômenos associados às esferas da produção, circulação e da distribuição da riqueza social, estando dissociada de considerações diretas sobre a moral, a virtude e a justiça. Na realidade, a interpretação convencional associa a *Riqueza* a uma forma muito particular de economia política, a saber, como

¹ Sobre a natureza da importância das ideias de Smith no pensamento de importantes precursores do pensamento neoliberal, ver Smith (2013).

um tratado em defesa do livre-comércio e da “liberdade econômica” ilimitada dos indivíduos.

Desde a comemoração do bicentenário da publicação da *Riqueza*, em 1976, e da publicação da edição crítica das obras de Smith pela Universidade de Glasgow, contudo, surgiu uma vasta literatura que tem contestado a forma tradicional de interpretar a obra e o pensamento do filósofo escocês. Profundamente influenciadas pelos trabalhos de Quentin Skinner, John Pocock e outros historiadores das ideias², as “novas” interpretações passaram a considerar a obra de Smith como um todo e o contexto histórico e intelectual em que foram escritas para compreender o que ele “estava fazendo” quando escreveu e publicou seus trabalhos. A leitura das ideias de Smith em contexto logrou criar uma miríade de interpretações e uma nova imagem do escocês que convergem no sentido de entendê-lo como um pensador mais complexo e preocupado com assuntos que transcendem o escopo da economia política em seu cânone oitocentista, como a filosofia moral, a jurisprudência, a religião, entre outros³.

É possível separar grande parte das interpretações recentes com respeito à forma pela qual se entende a relação entre a filosofia moral e a análise econômica de Adam Smith (BROWN, 1997, p. 298). Brown (1997, p. 298-300) apresenta quatro correntes abrangentes de interpretação, ou quatro formas diferentes de ler Smith. A primeira é a que o entende como um economista proto-liberal, que apesar de reconhecer alguns defeitos das sociedades

² Ver, por exemplo, Skinner (2000) e Pocock (2003a, 2003b).

³ Para revisões dessa literatura, ver Brown (1997) e Cerqueira (2003).

comerciais, apresenta argumentos para legitimar a nova ordem social, e cuja obra representa um discurso em defesa da modernidade.

A segunda o enxerga como uma espécie de “economista moral”, alguém cuja análise econômica pressupõe uma constituição ética dos indivíduos, e que afirma que o funcionamento benéfico da esfera econômica depende do cultivo de virtudes como a prudência, o autocontrole e a justiça. Evensky (1987; 1989; 1993) é um dos autores que se encaixa, até certo ponto, nessa categoria. Ele defende que há um forte componente moral e normativo em toda a obra do filósofo escocês que está associado ao argumento da Providência, que postula o mundo como obra de Deus e o seu funcionamento como idealmente harmônico e virtuoso, embora a realidade possa não corresponder a esse funcionamento devido à existência de más instituições e da fragilidade humana (EVENSKY, 1987). Não obstante, Evensky (1989) parece mudar um pouco sua interpretação ao afirmar que, na medida em que a vida de Smith caminhava para o fim, ele se tornou cada vez mais descrente em relação ao potencial “espontâneo” de convergência das instituições e do comportamento humano em direção aos padrões consonantes com o Plano Divino. Dessa forma, ele passou então a utilizar uma linguagem do humanismo cívico em defesa da virtude cívica e do exercício ativo da cidadania como condições necessárias para reformar a sociedade e aproximá-la do funcionamento virtuoso.

A interpretação de Evensky (1989) o aproxima da terceira vertente interpretativa, que enxerga Smith como um filósofo moral preocupado com questões de economia política. Nesse sentido, sua análise das sociedades comerciais é entendida como parte de seu projeto maior de filosofia moral, de modo que suas críticas às instituições e sua defesa por reformas são entendidas como tentativas de criar

as condições necessárias para que o funcionamento dessas sociedades seja direcionado para aprimorar a constituição moral dos indivíduos e da sociedade.

Hont e Ignatieff (1983) argumentam que a defesa de Smith pelas sociedades comerciais se assenta na tese de que, ante uma configuração institucional específica de livre concorrência e “perfeita justiça”, o funcionamento dessas sociedades permitiria que, a despeito da desigualdade de acesso à riqueza, as necessidades básicas dos mais pobres fossem satisfeitas, retirando-os do estado de miséria e de degradação moral em que se encontravam em outros tipos de sociedade. Os autores afirmam que Smith estava transpondo para uma linguagem dos mercados um discurso característico da tradição da jurisprudência natural sobre a possibilidade de conciliar a garantia dos direitos de propriedade com a satisfação das necessidades básicas dos mais pobres. Assim, encaixam-se na terceira vertente interpretativa, pois entendem a “linguagem de mercado” de Smith como submetida a uma consideração moral sobre as sociedades comerciais.

Winch (1978, 1983a; 1983b; 1992; 1996) é talvez um dos intérpretes de maior autoridade e de maior importância dessa terceira linha de interpretação. Winch (1983b) afirma que parte relevante das motivações de Smith envolvia elaborar uma espécie de “ciência do legislador”, da qual a economia política era apenas um ramo específico. Para Winch (1983b, p. 502), considerações sobre a ciência do legislador figuram de modo contínuo na Teoria dos Sentimentos Morais e na *Riqueza*, assim como no material disponível sobre a Jurisprudência Natural do filósofo escocês, que deveria funcionar como uma “ponte”, ligando as duas outras obras (cf. WINCH, 1983a). A principal implicação disso é que, para Winch, grande parte da contribuição de Smith em termos de prescrição política depende de aspectos não diretamente

relacionados ao raciocínio econômico, e que, portanto, não há correspondência direta entre a concepção smithiana de economia política e a realização de política econômica. Em suma, sua economia política fazia parte de um sistema maior que envolvia questões de natureza moral, abrangendo preocupações de ordem cívica com a virtude individual e com o bem público.

Segundo Winch (1978, p. 70), a *Riqueza* pode ser entendida como uma extensa investigação sobre a natureza da relação entre a comércio e a liberdade moderna. Nessa linha, Winch (1992) defende a tese de que essa obra só pode ser inteiramente compreendida – em termos do projeto e do que Smith “estava fazendo” – a partir da consideração mais ampla de seu pensamento moral. Isso significa que parte substancial das perguntas e motivações que levaram Smith a escrever a *Riqueza*, assim como as suas respostas e prescrições, guardam íntima relação com sua filosofia moral. Isso fica evidente, segundo Winch (1992), quando se considera a linguagem de justiça natural utilizada, ao mesmo tempo, em sua condenação do sistema mercantil e em sua defesa pelo sistema de liberdade natural. Esse sistema de justiça natural teve, por sua vez, seus fundamentos apresentados na TMS e desenvolvidos nas *Lectures on Jurisprudence*, e busca estabelecer os princípios que devem fundamentar as leis de todas as nações. Dessa forma, seu sistema de economia política está submetido, para Winch, a princípios da ordem da moral humana.

Por fim, ainda seguindo Brown (1997), a quarta linha de interpretação enfatiza a presença de aspectos ambivalentes e mesmo contraditórios no pensamento de Smith como um todo. Esses aspectos se referem, por exemplo, ao tratamento ambivalente do filósofo escocês em relação à divisão do trabalho; às contradições inerentes ao funcionamento das sociedades comerciais no que tange à capacidade dos comerciantes e fabricantes, perseguindo

o próprio interesse, de subverterem o caráter harmonioso do sistema de liberdade natural, ferindo o bem público; às contradições entre o uso da linguagem do humanismo cívico e da jurisprudência natural; às diferentes retóricas utilizadas por Smith nos *Sentimentos Morais* e na *Riqueza* (BROWN, 1994), que conferem à primeira obra um discurso que transmite um caráter moral mais forte, ou associado às virtudes mais elevadas, do que à segunda, cujo discurso está associado somente às virtudes mais baixas.

Vale dizer, como bem relembra Cerqueira (2003), que nessas quatro grandes formas de ler a obra de Adam Smith não está incluída a forma predominante de interpretação (ao menos entre os economistas). Essa forma, como mencionado acima, descarta a priori a necessidade de considerar as possíveis interações entre a *Riqueza* e as outras obras publicadas em vida por Smith ou então postumamente, assim como a importância de situar suas ideias em seu contexto histórico e intelectual. Essa abordagem convencional interpreta, portanto, a *Riqueza* como um texto bruto de economia política, repleto de erros e inconveniências.

O contraste existente entre a interpretação tradicional da obra de Smith e as novas vertentes interpretativas resumidas acima suscita algumas perguntas quanto às condições que possibilitaram a consolidação histórica de uma interpretação muito seletiva de suas ideias. Isto é, das condições associadas à cristalização de uma forma anacrônica de interpretar a *Riqueza*, que distorce o sentido da obra na medida em que, além de praticamente ignorar o conteúdo dos livros III e V e desconsiderar a necessidade de pensar as suas relações com as outras obras de Smith, desvirtua a natureza das perguntas que levaram o filósofo a escrever.

Essa questão, também conhecida por

alguns autores como “questão da transmissão” (MILGATE; STIMSON, 1996, p. 226, tradução livre), é de extrema relevância para entender como se formou a interpretação convencional da *Riqueza* a partir do século XIX. Vários parecem ter sido os fatores que contribuíram para reduzir e filtrar as ideias de Smith, comprometendo seu legado intelectual e histórico, como, por exemplo, interesses políticos e ideológicos⁴, interesses pessoais⁵ e a própria estrutura discursiva dos textos⁶. Além disso, a obra de Smith como um todo foi apenas recentemente publicada, após a descoberta, ao longo do tempo, de volumes distintos contendo notas tomadas por alunos de suas aulas de jurisprudência natural e de retórica e belas letras, ministradas durante o tempo em que ocupou a cadeira de filosofia moral em Glasgow. Assim, o material disponível mais do que dobrou após a publicação da Glasgow Edition (TRIBE, 1999, p. 612), evidenciando, na prática, o fato de que os primeiros intérpretes do filósofo escocês não leram o mesmo Smith que os comentadores recentes.

Nesse sentido, a pesquisa sobre as condições e os fatores associados à transmissão das ideias de Adam Smith, mostra-se um campo importante para a história do pensamento econômico. Ao entender como esse processo ocorreu é possível compreender melhor o que estava em jogo no momento do parto da moderna economia política e, por conseguinte, da constituição da ciência econômica enquanto tal.

⁴ Cf. Willis (1979), Rothschild (1992), Palyi (1966) e Faccarello e Steiner (2002).

⁵ Cf. Milgate e Stimson (1996).

⁶ Cf. Brown (1994).

Referências

BERRY, C. J. **Social Theory of the Scottish Enlightenment**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1997.

BROWN, V. **Adam Smith's discourse: Canoncity, Commerce and Conscience**. London: Routledge, 1994.

BROWN, V. 'Mere inventions of the imagination': a survey on recent literature on Adam Smith. **Economics and Philosophy**, v. 13, n. 2, p. 281-312, oct 1997.

CERQUEIRA, H. **Para ler Adam Smith: novas abordagens**. (Texto para discussão, n. 183) Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2003.

EVENSKY, J. The two voices of Adam Smith: moral philosopher and social critic. **History of Political Economy**, v. 19, n. 3, p. 447-468, 1987.

EVENSKY, J. The evolution of Adam Smith's views on political economy. **History of Political Economy**, v. 21, n. 1, p. 123-145, 1989.

EVENSKY, J. Retrospectives: Ethics and the Invisible Hand. **Journal of Economic Perspectives**, v. 2, n. 2, p. 197-205, 1993.

FACCARELLO, G.; STEINER, P. The Diffusion of the Work of Adam Smith in the French Language: An Outline History. In: TRIBE, K.; MIZUTA, H. **A critical bibliography of Adam Smith**. London: Pickering & Chatto, 2002. p. 61-119.

HONT, I.; IGNATIEFF, M. Needs and justice in the Wealth of Nations: an introductory essay. In: HONT, I.; IGNATIEFF, M. **Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment**. Cambridge: Cambridge

de University Press, 1983. p. 1-44.

MILGATE, M.; STIMSON, S. C. The figure of Smith: Dugald Stewart and the propagation of Smithian economics. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 3, n. 2, p. 225-253, 1996.

PALYI, M. The introduction of Adam Smith on the continent. In: CLARK, J. M., et al. **Adam Smith, 1776-1926**: lectures to commemorate the sesquicentennial of the publication of "The Wealth of Nations". New York: August M. Kelley, p. 180-233, 1966.

POCOCK, J. G. A. Introdução: o estado da arte. Em: POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, p. 23-62, 2003a.

POCOCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas considerações sobre a Prática. Em: POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, p. 63-82, 2003b.

ROTHSCHILD, E. Adam Smith and conservative economics. **Economic History Review**, v. 45, n. 2, p. 74-96, 1992.

SKINNER, Q. Significado y comprensión en la historia de las ideas. **Prismas**, n. 4, p. 149-191, 2000.

SMITH, C. Adam Smith and the New Right. In: BERRY, C; PAGANELLI, M; SMITH, C. **The Oxford Handbook of Adam Smith**. Oxford: Oxford University Press, p. 539-558, 2013.

TRIBE, K. Adam Smith: critical theorist? **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 2, p. 609-632, jun 1999.

WILLIS, K. The role in Parliament of the econo-

mic ideas of Adam Smith, 1776-1800. **History of Political Economy**, v. 11, n. 4, p. 505-544, 1979.

WINCH, D. **Adam Smith's Politics**: An essay in historiographic revision. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

WINCH, D. Adam Smith's 'enduring particular result': a political and cosmopolitan perspective. In: HONT, I.; IGNATIEFF, M. **Wealth and Virtue**: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment. Cambridge: Cambridge University Press, 1983a. p. 253-269.

WINCH, D. Science and the Legislator: Adam Smith and After. **The Economic Journal**, v. 93, p. 501-520, September 1983b.

WINCH, D. Adam Smith: Scottish Moral Philosopher as Political Economist. **The Historical Journal**, v. 35, n. 1, p. 91-113, 1992.

WINCH, D. **Riches and Poverty**: an Intellectual History of Political Economy in Britain, 1750-1834. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

STERNICK

MULTIFACE

**Documento enviado em julho de 2018
e aprovado em julho de 2018.**